

Obtenção de certidões junto de conservatórias;  
 Obtenção de informações e de valores junto dos consultores jurídicos da empresa e de repartições fiscais;  
 Análise dos saldos considerados de cobrança duvidosa;  
 Verificação da adequacidade das provisões existentes face aos respectivos graus de cobrabilidade;  
 Análise da evolução das imobilizações e realização de testes sobre adições, abates, transferências entre contas, reintegrações e amortizações, bem como verificação da consistência da aplicação dos critérios utilizados;  
 Apreciação e análise dos movimentos ocorridos nas contas que integram o capital próprio;  
 Testes sobre a especialização dos custos e proveitos;  
 Verificação documental das principais transacções e operações;  
 Análise de conformidade do relatório de gestão e das demonstrações financeiras, com a lei, os estatutos, os registos contabilísticos e verificação da concordância entre as informações divulgadas naquelas peças.

Como corolário do trabalho realizado, e no sentido de dar cumprimento ao disposto na Normas e Directrizes Técnicas da OROC, solicitámos a VV. Ex.<sup>as</sup> que nos fosse enviada a denominada declaração de responsabilidade.

No decurso do ano, tivemos oportunidade de prestar alguns esclarecimentos de natureza fiscal e contabilística que nos foram solicitados. Relativamente aos custos debitados durante o exercício de 2005, pela Silverpress Marketing, Ltd., no montante de cerca de 19 822 euros, salientamos que atendendo ao CIRC, a companhia deverá estar habilitada a comprovar que estes custos são indispensáveis ao desenvolvimento da sua actividade e à obtenção dos proveitos.

Finalmente não queremos deixar de manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes e apresentar os melhores cumprimentos.

Lisboa, 13 de Março de 2006. — O Fiscal Único: Rui Ascensão & Esteves Afonso, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Rui Gonçalves de Ascensão*, revisor oficial de contas.  
 3000217856

## CULTURVAL — GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS DE VILA REAL, E. M.

### Relatório n.º 1-F

#### Relatório e contas de 2005

#### Relatório do conselho de administração

##### 1 — Empresa

A Culturval — Gestão de Equipamentos Culturais de Vila Real, E. M., tem como objecto social principal a gestão de espaços e de equipamentos culturais que integram ou venham a integrar o património do município de Vila Real ou aqueles que, a qualquer título, lhe sejam confiados para o desenvolvimento de actividades socioculturais, bem como promover as acções necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços.

Para o desenvolvimento do seu objecto a empresa tem a seu cargo, desde a sua criação, a gestão do Teatro Municipal de Vila Real, local onde se encontra a sua sede social.

##### 2 — Enquadramento da actividade da Culturval, E. M.

Por opção deste conselho de administração, e em plena sintonia com a Câmara Municipal, a actividade da Culturval no ano de 2005 continuou predominantemente orientada para a gestão do Teatro Municipal de Vila Real.

Até ao dia 19 de Março de 2005, o Plano de Actividades da Culturval combinou dois programas de trabalho distintos. Um destes planos é a programação que resultou da candidatura da Câmara Municipal de Vila Real ao Programa Operacional da Cultura (POC), oportunamente aprovada, tendo em vista o apoio ao primeiro ano de funcionamento do Teatro Municipal. Neste contexto, a Empresa continuou a assumir o papel de gestora do programa de actividades definido no âmbito daquela candidatura. Por outro lado, há que ter em conta a restante programação do Teatro Municipal e o período que sucedeu a 19 de Março. Aqui, a Empresa continuou a assumir as responsabilidades que lhe cabem enquanto entidade promotora das actividades culturais de modo a reforçar e diversificar mais ainda a oferta cultural.

Seguindo a estratégia iniciada no ano anterior, os espectáculos que se levaram a efeito em 2005 visaram, no seu conjunto, ir ao encontro dos mais diversos públicos, consolidando uma forte cadência no âmbito das mais variadas disciplinas e estéticas, procurando criar novos hábitos culturais e acolher um grande número de espectadores. Esta intenção eclética procurou ter, sempre, a qualidade como denominador comum.

Esta temporada registou a inscrição de uma nova iniciativa no calendário cultural da região e do País. Trata-se do Vinte e Sete — Festival Internacional de Teatro, evento cuja denominação invoca o Dia Mundial do Teatro, 27 de Março. Durante um mês, o Festival apresentou espectáculos em Vila Real e em Chaves, propondo uma estrutura de acolhimento descentralizada capaz de reforçar a estratégia de extensão a que a Culturval tinha dado início na temporada anterior.

O Douro Jazz — Festival Internacional teve este ano a sua segunda edição, reforçando o objectivo de estender as actividades as actividades do Teatro a outros locais. Esta edição manteve a colaboração com o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto e contou com dois novos parceiros (o centro comercial Dolce Vita Douro e a associação Chaves Viva).

A exemplo do que aconteceu no Verão de 2004, foi apresentada no período estival de 2005 uma bem sucedida programação de ar livre. As sextas-feiras foram dedicadas à animação de rua que, este ano, se entenderam também ao centro histórico da cidade, integrando um projecto designado Largo do Pelourinho — Valorização do Património e Captação de Públicos (que foi alvo de uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura, oportunamente aprovada). Os sábados foram dedicados aos concertos de Verão que movimentaram grande quantidade de público para espectáculos de diferentes gostos. Pôde-se assim promover a itinerância dos espectáculos entre o Largo do Pelourinho e a esplanada do teatro, procurando não só valorizar e dinamizar o centro histórico de Vila Real, como também estimular a captação e a circulação de públicos.

No âmbito de outra candidatura aprovada pelo Programa Operacional da Cultura, iniciou-se, com O Lago dos Cisnes o Ciclo Clássicos do Bailado Internacional. Este projecto, que durante um ano trará a Vila Real alguns dos mais importantes clássicos do bailado, é liderado pelo Teatro de Vila Real (Culturval, E. M.) e tem como co-organizadores a Casa das Artes de Famalicão, o Teatro Aveirense e o Teatro Municipal de Bragança.

Paralelamente, uma outra candidatura preconizada por estas mesmas casas de espectáculos fez decorrer com grande impacto, no final de Novembro e início de Dezembro, o Festival Sons em Trânsito, que permitiu a Vila Real acolher quatro importantes concertos de música do mundo reunindo artistas da Arménia, do Brasil, da Etiópia e do Paquistão.

A programação desenvolvida pela estrutura Sem Rede — Rede Nacional de Programação de Novo Circo, que o Teatro de Vila Real ajudou a fundar conjuntamente com 12 das principais casas de espectáculos do País, apresentou, também aqui, espectáculos de novo circo de grande qualidade.

Paralelamente, e tal como no ano anterior, as actividades da Culturval, e concretamente as actividades do Teatro de Vila Real, não se limitaram aos espectáculos inseridos na programação principal. Em articulação com a sua agenda, esta casa de espectáculos manteve o apoio aos agentes culturais da região (desde escolas a diversas associações) e a colaborar com diversas instituições (como, por exemplo, a Fundação da Casa de Mateus, a Delegação Regional da Cultura do Norte ou a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, neste caso designadamente no apoio logístico que se continua a prestar à nova Licenciatura em Teatro e Artes Performativas). O acolhimento de colóquios, simpósios ou congressos promovidos por diferentes instituições verificou-se de forma constante ao longo do ano.

No âmbito do serviço educativo, a programação de 2005 dedicou vários espectáculos ao público escolar, nos domínios do teatro, da dança e da música, enquadrados por iniciativas paralelas, procurando dar resposta às crescentes solicitações de escolas de toda a região.

Neste período, o Teatro de Vila Real apresentou também vários espectáculos em regime de co-produção.

Em 2005, o Teatro de Vila Real iniciou a publicação de inéditos de poesia portuguesa contemporânea. Durante o Vinte e Sete, foi lançado o primeiro volume da colecção, Jukebox, de Manuel de Freitas, e em Dezembro saiu Que Comboio É Este, livro de poesia de A. M. Pires Cabral. As obras desta colecção contam com o apoio da Delegação Regional da Cultura do Norte e têm distribuição nacional. Através desta iniciativa tem-se reforçado a visibilidade nacional do teatro.

Como complemento da sala de exposições, foi criado no teatro um novo espaço, a galeria-bar, dedicado a mostra de artes plásticas. Do mesmo modo, a sala multiusos acolheu várias exposições, sobre-

tudo dedicadas à fotografia. O conjunto dos três espaços permitiu uma forte cadência, também neste domínio, ao longo do ano.

No Café-Concerto, espaço essencial para a circulação e fixação de público, mantiveram-se os espectáculos de segunda a quinta-feira.

### 3 — A actividade desenvolvida

Durante o ano de 2005 visitaram o Teatro de Vila Real, aproximadamente, 261 815 pessoas, sendo que 68 866 assistiram aos espectáculos realizados.

No que se refere ao número de espectadores que assistiram aos eventos promovidos pelo Teatro em 2005 e, se comparamos com o ano anterior, verificamos que houve um aumento de 19% (no ano de 2004 houve 57 851 espectadores e este ano houve 68 866).

Relativamente aos visitantes também se verificou um aumento relativamente ao ano anterior (na ordem dos 36%), uma vez que em 2004 visitaram o Teatro 192 194 pessoas e este ano o número passou para os 261 815 pessoas.

A taxa de ocupação média das salas durante o ano foi de 89%, tendo-se verificado um aumento de 3,1% relativamente a 2004.

Relativamente à actividade desenvolvida durante o ano de 2005, podemos dizer que foram cinco as áreas em que assentou o conjunto de eventos levados a cabo: teatro, dança, música, exposições e serviço educativo.

Em qualquer uma destas áreas não foi esquecido o apoio a artistas e agentes culturais da região que desenvolvem trabalho nestes sectores.

### 4 — Perspectivas para o ano de 2006

Por opção deste conselho de administração, e em sintonia com a Câmara Municipal, a actividade da Cultural no ano de 2006 continuará predominantemente orientada para a gestão do Teatro Municipal de Vila Real. A semelhança do ano anterior, torna-se ainda possível estabelecer uma colaboração estreita com a Câmara Municipal que tenha por objecto o reforço (ao nível da programação e da produção) de um programa cultural autónomo para o mês de Junho, durante as festas da cidade, bem como a animação cultural do centro histórico entre os meses de Junho e Outubro, também com o objec-

tivo de captar e consolidar novos públicos através de acções complementares a realizar no teatro.

No quadro seguinte, apresenta-se uma projecção das actividades a realizar no Teatro Municipal:

Programação Estruturante .....	270 espectáculos.
Vinte e Sete — Festival Internacional de Teatro .....	20 espectáculos.
Animação de rua (Esplanada) .....	24 espectáculos.
Concertos de Verão .....	12 espectáculos.
Douro Jazz — Festival Internacional .....	50 espectáculos.
Serviço Educativo .....	50 espectáculos.
Exposições .....	36 exposições.
Edições .....	4 livros.
Publicidade .....	Execução de campanhas publicitárias.

No quadro seguinte, apresenta-se uma projecção das actividades a realizar no Centro Histórico:

Animação de rua .....	24 espectáculos.
Exposições de rua .....	3 x 8 acções.
Concertos de rua .....	4 espectáculos.

### 5 — Custos suportados, proveitos obtidos e situação financeira

O ano de 2005 foi um ano de consolidação da empresa, no que concerne à gestão do Teatro Municipal, pois reflecte o primeiro ano de actividade anual regular.

No que se refere ao desempenho económico-financeiro da Cultural no exercício de 2005, raciocinando numa base comparativa com o sucedido em 2004, de imediato ressalta o facto de a empresa ter obtido um lucro líquido de 7528,17 euros, por oposição ao prejuízo significativo incorrido em 2004. Porém, o lucro obtido em 2005 deverá ser entendido em termos hábeis, sob pena de se extraírem conclusões precipitadas.

A esse respeito, observe-se o quadro de valores que se segue, o qual tem por fim sintetizar as principais rubricas de proveitos obtidos, custos suportados e resultados obtidos, constantes da tabela que se segue:

	2004	Porcentagem	2005	Porcentagem
Fornecimentos e serviços externos .....	265 737,76	125,7	531 867,92	247,7
Custos com o pessoal .....	176 565,40	83,5	257 398,47	119,9
Amortizações do exercício .....	10 456,32	4,9	21 447,07	10,0
Custos financeiros .....	857,85	0,4	1 172,86	0,5
Prestações de serviços + proveitos suplementares .....	211 483,03	100,0	214 692,09	100,0
Subsídios à exploração .....	—	—	563 250,87	262,4
Proveitos extraordinários .....	43 047,10	20,4	49 443,76	23,0
Resultados operacionais .....	— 241 350,30	— 114,1	— 41 549,08	— 19,4
Resultados correntes .....	— 241 890,12	— 114,4	— 41 639,27	— 19,4
Resultados extraordinários .....	42 721,39	20,2	49 167,44	22,9
Resultados líquidos .....	— 199 168,73	— 94,2	7 528,17	3,5
Prestações de serviços + proveitos suplementares (A) .....	211 483,03		214 692,09	
Resultados operacionais/(A) .....	— 1,1412		— 0,1935	
Resultados extraordinários/(A) .....	0,2020		0,2290	
Resultados líquidos/(A) .....	— 0,9418		0,0351	

Nota. — Os valores percentuais foram calculados com referência ao valor das prestações de serviços.

Na verdade, o que se verifica é que os custos suportados pela Cultural no exercício de 2005 subiram extraordinariamente, comparativamente ao que se verificou em 2004, tanto em termos de valores absolutos como de valores relativos. E se, em termos absolutos, a subida dos custos não deva surpreender, visto que em 2005 a empresa laborou os 12 meses completos do ano, ao passo que em 2004 tal laboração só se verificou a partir de meados de Março, já a mesma subida em termos relativos deve merecer reflexão, principalmente porque tal subida assumiu valores expressivos — veja-se o caso, por exemplo, dos fornecimentos e serviços externos, cujo peso percentual relativamente ao valor das prestações de serviços e proveitos suplementares subiu de 125,7% para 247,7%.

Entretanto, no contexto da reflexão a empreender supra referida, haverá que ter em atenção o facto de no ano de 2004 a actividade da Cultural ter combinado dois planos de trabalho distintos (programa-

ção estruturante e programação complementar). Um destes planos foi a programação estruturante que resultou da candidatura da CMVR ao Programa Operacional da Cultura (POC). Neste plano de trabalho, a empresa assumiu o papel de gestora de programa das actividades definidas para aquela programação estruturante. Nestas condições, os custos directos da realização dos espectáculos enquadrados naquela candidatura foram suportados pela autarquia, tendo esta decidido não imputar os mesmos à empresa.

No caso do exercício de 2005, a actividade da empresa combinou aqueles dois planos de trabalho somente até ao dia 19 de Março de 2005 (a candidatura aprovada pelo POC tinha em vista o apoio ao primeiro ano de funcionamento do Teatro). Assim sendo, a partir desta data a actividade da Cultural já não esteve enquadrada por tal plano, o que levou a empresa a suportar (e pagar) a totalidade dos custos em que incorreu.

Portanto, chega-se à conclusão que, na prática, a magnitude dos custos suportados em 2005 não é directamente comparável com o que se verificou em 2004, tendo-se agora, no entanto, uma visão realista dos custos decorrentes da gestão de uma estrutura como é o Teatro Municipal.

Já no que toca à evolução verificada no valor das prestações de serviços e proveitos suplementares, assistiu-se a uma surpreendente estabilidade, facto que assinala a circunstância de se estar a conseguir segurar o público, sem esquecer o efeito novidade associado à entrada em funcionamento do Teatro Municipal em 2004.

Do anteriormente exposto, facilmente se chega à conclusão que o lucro líquido obtido pela Culturval no exercício ora relatado resulta, primordialmente, das transferências pecuniárias efectuadas pelo município de Vila Real, as quais atingiram a verba de 563 250,87 euros, na modalidade de subsídios à exploração.

Estamos conscientes de que também em exercícios futuros a ausência de rentabilidade da empresa, sem a consideração dos valores proporcionados pelos contratos programa, é incontornável, circunstância que tem a sua origem no facto de ser impossível harmonizar os preços dos ingressos nos espectáculos com os custos da sua realização.

Conscientes desta situação, é objectivo deste conselho de administração, continuar a candidatar a empresa às medidas de financiamento, que entretanto surjam, do Ministério da Cultura, continuar a tentar obter mais apoios ao nível do mecenato, para desta forma se tentar minimizar as perdas.

## 6 — Proposta de aplicação dos resultados

Nos termos da alínea g) do artigo 34.º da Lei 58/98, de 18 de Agosto, vem, neste ponto, o conselho de administração apresentar a sua proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2005.

Assim, propõe o conselho de administração que o resultado líquido do exercício, no valor de 7528,17 euros, seja transferido para resultados transitados, por forma a que os prejuízos transitados de exercícios anteriores sejam parcialmente coberto.

## 7 — Outras informações

Dando cumprimento ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que não existem dívidas em mora para com a segurança social.

Do mesmo modo, não existem quaisquer dívidas em mora decorrentes de impostos ou taxas.

Declara-se também que, após o termo do exercício e dando satisfação ao estipulado na alínea b) do artigo 66.º do CSC, não ocorreram quaisquer factos que mereçam especial referência.

Vila Real, 13 de Março de 2006. — O Conselho de Administração:  
*Manuel do Nascimento Martins — Eduardo Luís Varela Rodrigues —*  
*Albertino Augusto da Silva Correia.*

## Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2005

### ACTIVO

Código das contas			2005		2004	
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
I		Imobilizado:				
		Imobilizações incorpóreas:				
1	431	Despesas de instalação .....	2 184,70	1 274,28	910,42	1 638,58
1	432	Despesas de investigação e de desenvolvimento .....	—	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos ....	558,50	273,49	285,01	—
3	439	Outros .....	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
4	449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas .....	—	—	—	—
			<u>2 743,20</u>	<u>1 547,77</u>	<u>1 195,43</u>	<u>1 638,58</u>
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais .....	—	—	—	—
1	422	Edifícios e outras construções .....	18 119,32	2 233,66	15 885,66	11 834,27
2	423	Equipamento básico .....	110 512,65	19 589,36	90 923,29	74 798 48
2	424	Equipamento de transporte .....	—	—	—	—
3	425	Ferramentas e utensílios .....	6 972,51	1 381,33	5 591,18	568,27
3	426	Equipamento administrativo .....	17 171,38	5 386,65	11 784,73	12 799,06
3	427	Taras e vasilhame .....	—	—	—	—
3	429	Outras imobilizações corpóreas .....	10 851,45	1 689,62	9 161,83	—
4	441/6	Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
4	448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas .....	—	—	—	—
			<u>163 627,31</u>	<u>30 280,62</u>	<u>133 346,69</u>	<u>100 000,08</u>
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo .....	—	—	—	—
3	4112	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas .....	—	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras ....	—	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos .....	—	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso .....	—	—	—	—
6	447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros .....	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Código das contas		2005			2004	
CEE	POC	Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido	
Circulante:						
I Existências:						
1	36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	659,17	—	659,17	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso .....	—	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios .....	—	—	—	—
3	32	Mercadorias .....	—	—	—	—
4	37	Adiantamentos por conta de compras .....	—	—	—	—
			<u>659,17</u>	<u>—</u>	<u>659,17</u>	<u>—</u>
II Dívidas de terceiros:						
II Médio e a longo prazos .....						
Curto prazo:						
1	211	Clientes, c/c .....	34 881,03	—	34 881,03	32 341,93
1	212	Clientes — títulos a receber .....	—	—	—	—
1	218	Clientes cobrança duvidosa .....	—	—	—	—
2	252	Empresas do grupo .....	—	—	—	—
3	253+254	Empresas participadas e participantes ....	—	—	—	—
4	251+255	Outros accionistas (sócios) .....	—	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores .....	—	—	—	—
4	2019	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado .....	—	—	—	—
4	24	Estado e outros entes públicos .....	90 722,63	—	90 722,63	39 377,30
4	262/6/7/8+221	Outros devedores .....	2 294,45	—	2 294,45	—
5	264	Subscritores de capital .....	—	—	—	—
			<u>127 898,11</u>	<u>—</u>	<u>127 898,11</u>	<u>71 719,23</u>
III Títulos negociáveis:						
1	1511	Acções em empresas do grupo .....	—	—	—	—
3	1521	Obrigações e títulos de participações em empresas do grupo .....	—	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas .....	—	—	—	—
3	1522	Obrigações e títulos de participações em empresas associadas .....	—	—	—	—
3	1513+1523+153/9	Outros títulos negociáveis .....	—	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria .....	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
IV Depósitos bancários e caixa:						
	12+13+14	Depósitos bancários .....	2 249,60	—	2 249,60	6 274,35
	11	Caixa .....	1 596,80	—	1 596,80	395,54
			<u>3 846,40</u>	<u>—</u>	<u>3 846,40</u>	<u>6 669,89</u>
Acréscimos e diferimentos:						
	271	Acréscimos e proveitos .....	—	—	—	—
	272	Custos diferidos .....	1 613,35	—	1 613,35	1 495,84
			<u>1 613,35</u>	<u>—</u>	<u>1 613,35</u>	<u>1 495,84</u>
			<i>Total de amortizações .....</i>			<u>31 828,39</u>
			<i>Total de ajustamentos .....</i>			<u>—</u>
			<u>300 387,54</u>	<u>31 828,39</u>	<u>268 559,15</u>	<u>181 523,62</u>

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2005		2004
CEE	POC			
Capital próprio:				
I	51	Capital .....	250 000,00	250 000,00
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal .....	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios .....	—	—
	53	Prestações suplementares .....	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas) .....	—	—

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
III	55	Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas .....	—	—
	56	Reservas de reavaliação .....	—	—
IV		Reservas:		
1/2	571	Reservas legais .....	—	—
3	572	Reservas estatutárias .....	—	—
4	573	Reservas contratuais .....	—	—
4	574 a 579	Outras reservas .....	—	—
V	59	Resultados transitados .....	— 199 168,73	—
		<i>Subtotal</i> .....	<u>50 831,27</u>	<u>250 000,00</u>
VI	88	Resultado líquido do exercício .....	7 528,17	— 199 168,73
	89	Dividendos antecipados .....	—	—
		<i>Total do capital próprio</i> .....	<u>58 359,44</u>	<u>50 831,27</u>
		Passivo:		
		Provisões para riscos e encargos:		
1	291	Provisões para pensões .....	—	—
2	292	Provisões para impostos .....	—	—
3	293/8	Outras provisões .....	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>
		Dívidas a terceiros:		
		Médio e longo prazos:		
1	232	Empréstimos por obrigações .....	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação .....	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito .....	—	—
3	269	Adiantamentos por conta de vendas .....	—	—
4	221	Fornecedores, c/c .....	45 153,66	6 612,66
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência .....	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar .....	—	—
5	2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar .....	—	—
6	252	Empresas do grupo .....	—	—
7	253+254	Empresas participadas e participantes .....	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios) .....	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes .....	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos .....	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c .....	—	—
8	24	Estado e outros entes públicos .....	150,00	7 455,15
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores .....	—	—
			<u>45 303,66</u>	<u>14 067,81</u>
		Curto prazo:		
1	232	Empréstimos por obrigações .....	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação .....	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito .....	—	—
3	269	Adiantamentos por conta de vendas .....	—	—
4	221	Fornecedores, c/c .....	—	—
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência .....	—	—
5	222	Fornecedores — títulos a pagar .....	—	—
5	2612	Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar .....	—	—
6	252	Empresas do grupo .....	—	—
7	253+254	Empresas participadas e participantes .....	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios) .....	—	—
	215	Títulos descontados .....	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes .....	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos .....	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c .....	—	—
8	24	Estado e outros entes públicos .....	—	—
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores .....	1 573,00	—
			<u>1 573,00</u>	<u>—</u>
		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimos de custos .....	36 798,53	26 143,81
	274	Proveitos diferidos .....	126 524,52	90 480,73
			<u>163 323,05</u>	<u>116 624,54</u>
		<i>Total do passivo</i> .....	<u>210 199,71</u>	<u>130 692,35</u>
		<i>Total do capital próprio e do passivo</i> .....	<u>268 559,15</u>	<u>181 523,62</u>

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 (a)

## CUSTOS E PERDAS

Código das contas			2005		2004	
CEE (1)	POC					
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas das matérias consumidas:				
		Mercadorias .....	—	—	—	—
		Matérias .....	6 196,81	6 196,81	—	—
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos .....	531 867,92	531 867,92	265 737,76	265 737,76
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações .....	222 555,48		146 816,82	
3.b)	643 a 648	Encargos sociais .....	34 842,99	257 398,47	29 748,58	176 565,40
4.a)	662+663	Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	21 447,07		10 456,32	
	666+667	Ajustamentos .....	—		—	
4.b)	67	Provisões .....	—	21 447,07	—	10 456,32
5	63	Impostos .....	2 581,77		73,85	
5	65	Outros custos e perdas operacionais .....	—	2 581,77	—	73,85
		(A) .....		819,492,04		452 833,33
6	683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros .....	—		—	
7	(2)	Juros e custos similares .....	1 172,86	1 172,86	857,85	857,85
		(C) .....		820 664,90		453 691,18
10	69	Custos e perdas extraordinárias .....	276,32	276,32	325,71	325,71
		(E) .....		820 941,22		454 016,89
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício .....	—	—	—	—
		(G) .....		820 941,22		454 016,89
13	88	Resultado líquido do exercício .....		7 528,17		— 199 168,73

## PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2005		2004	
CEE (1)	POC					
1	71	Vendas:				
		Mercadorias .....	—	—	—	—
		Produtos .....	—	—	—	—
	72	Prestações de serviços .....	200 007,22	200 007,22	166 362,60	166 362,60
2	(3)	Variação de produção .....	—	—	—	—
3	75	Trabalhos para a própria empresa .....	—	—	—	—
4	73	Proveitos suplementares .....	14,684,87		45 120,43	
4	74	Subsídios à exploração .....	563 250,87		—	
	76	Outros proveitos e ganhos operacionais .....	—	—	—	—
4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos .....	—	577 935,74	—	45 120,43
		(B) .....		777 942,96		211 483,03
5	784	Rendimentos de participações de capital .....	—	—	—	—
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras .....	—	—	—	—
7	(5)	Outros juros e proveitos similares .....	1 082,67	1 082,67	318,03	318,03
		(D) .....	—	779 025,63	—	211 801,06
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários .....	49 443,76	49 443,76	43 047,10	43 047,10
		(F) .....		828 469,39		254 848,16

## Resumo:

Resultados operacionais: (B) – (A) = .....	— 41 549,08	— 241 350,30
Resultados financeiros: (D – B) – (C – A) = .....	— 90,19	— 539,82
Resultados correntes: (D – C) = .....	— 41 639,27	— 241 890,12
Resultados antes de impostos: (F) – (E) = .....	7 528,17	— 199 168,73
Resultados líquidos do exercício: (F) – (G) = .....	7 528,17	— 199 168,73

(1) Em conformidade com o artigo 24.º da 4.ª Directiva da CEE.

(2) 681+685+686+687+688.

(3) Diferença algébrica entre as existências finais e iniciais de produtos acabados e intermédios (C/33), subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos (C/34) e produtos e trabalhos em curso.

(4) 7812+7815+7816+783.

(5) 7811+7813+7814+7818+785+786+787+788.

(a) Redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

**Relatório e parecer do fiscal único**

1 — O presente relatório é emitido nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 26.º dos estatutos da empresa, da alínea *g*) do artigo 14.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto e da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, tendo em vista o disposto na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 16.º dos referidos estatutos.

2 — Procedemos à revisão legal das contas da Culturval, EM relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 31 de Março de 2005.

3 — Como consequência do trabalho empreendido, cumpre assinar os seguintes aspectos:

3.1 — De acordo com a alínea *d*) do artigo 26.º dos estatutos da empresa, a demonstração dos resultados por funções é uma peça integrante dos documentos de prestação de contas da Culturval, E. M. Porém, a referida peça não foi preparada com referência a 31 de Dezembro de 2005, pelo que, na realidade, não integra o conjunto daqueles documentos.

Porém, como a Culturval, EM exerce uma actividade bastante uniforme, portanto, não segmentada, encontrando-se a quase totalidade do seu pessoal e equipamentos afectos à sua (única) actividade operacional, não nos parece relevante a preparação da demonstração em falta.

3.2 — Importa aqui realçar a importância da celebração de contratos-programa entre a Culturval e o Município de Vila Real, na medida em que os mesmos se mostram de extrema importância para a sustentação financeira da empresa.

Na realidade, como vem demonstrado nas contas relativas ao exercício ora objecto de relato, a actividade da empresa, por si só, está longe de atingir o ponto de equilíbrio em termos de rentabilidade, pelo que os meios financeiros decorrentes da celebração dos mencionados contratos-programa revelam-se indispensáveis à manutenção da sua actividade.

Nas condições expostas, deverá o executivo do Município de Vila Real assumir a celebração de contratos programa com a Culturval como uma realidade recorrente, numa perspectiva anual.

4 — Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do conselho de administração, o qual satisfaz os requisitos legais, tendo verificado a conformidade da informação nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

5 — Apreciamos também a gestão da empresa e a observância das leis e dos estatutos desta, não tendo sido detectada qualquer irregularidade.

6 — De tudo o que fica dito, achamos que devem ser aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2005.

Vila Real, 31 de Março de 2006. — António Magalhães & Carlos Santos, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por António Fernando Ledo de Matos, revisor oficial de contas.  
1000306463

**IPI — ITAÚSA PORTUGAL INVESTIMENTOS, SGPS, L.ª****Relatório n.º 1-G**

Sede social: Rua Dr. Brito Câmara, 20, 1.º, 9000-039 Funchal, Madeira.  
Capital social: 229 843 502,76 euros.  
Pessoa colectiva n.º 511148763.  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca da Madeira sob o n.º 4876.

**Relatório e contas de 2005****Relatório de gestão**

A IPI — Itáusa Portugal Investimentos, SGPS, L.ª, constituída em Fevereiro de 2000, com vista a concentrar a totalidade da participação do conglomerado Itáusa no grupo BPI, um dos maiores grupos financeiros privados português, apresentava no final do exercício de 2005, resultados líquidos consolidados de 40,4 milhões de euros (12,3 milhões de euros nas contas individuais) representando um crescimento de 64,2% face a 2004. O activo líquido consolidado atingiu 199,5 milhões de euros (321,6 milhões de euros nas contas individuais). Esta evolução fica exclusivamente a dever-se à actividade, resultados e crescimento do Grupo BPI, representado em termos consolidados pelo Banco BPI, S. A., *holding* do grupo, que constitui ainda o único investimento da sociedade. A IPI é totalmente financiada por capitais próprios pelo que à data do balanço de 2005 não apresentava qualquer endividamento.

Finalmente importa comentar a actividade e resultados do Grupo BPI em 2005. Esta nossa associada implementou durante 2005 as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS). Na sequência desta alteração foram elaboradas demonstrações financeiras segundo as novas regras para o final do presente exercício com um respectivo comparativo pró-forma para 2004. O lucro líquido consolidado do grupo BPI cresceu 57,5% em 2005, alcançando 250,8 milhões de euros, contra 159,3 milhões de euros conforme os números pró-forma de 2004. Tal resultado foi sustentado pela expansão do produto bancário (superior em 10,9% a 2004), conjugado por uma eficiente política de gestão de custos estruturais que se traduziu numa melhora do *ratio* de eficiência dos 61,3% em 2004 para 57,7% em 2005.

Os recursos totais dos clientes aumentaram 13,4%, enquanto a carteira de crédito sobre clientes aumentou 9,9%. O *ratio* do crédito vencido a 90 dias em relação à totalidade da carteira activa era apenas de 1,0% (1,3% em 2004).

A rentabilidade média dos capitais próprios, que atingiam 1181,4 milhões de euros no final do ano, foi de 23,5% e o *ratio* de solvabilidade era, em 31 de Dezembro de 2005, de 11,5%, bem acima dos 8% exigidos pelo Banco de Portugal.

No início do mês de Janeiro de 2006, a IPI adquiriu 2 300 000 acções reforçando a sua participação, enquanto maior accionista do grupo BPI, para 16,4%.

Em Fevereiro de 2006, a sociedade realizou um aumento de capital no valor de 60 milhões de euros, integralmente realizado em dinheiro, efectuado pelos dois sócios (Banco Itaú Europa, S. A. e Afincos Américas Madeira, SGPS, L.ª) na proporção das suas respectivas quotas no capital da sociedade.

A 13 de Março de 2006 a IPI tomou conhecimento de uma oferta pública de aquisição sobre as acções do BPI, por parte do Millennium BCP. Esta oferta pública de aquisição foi considerada hostil no dia 15 de Março de 2006 pelo conselho de administração do BPI que integra dois representantes do Grupo Itaú.

**Proposta de aplicação dos resultados**

Nos termos da lei e dos estatutos, para o lucro do exercício apurado nas contas individuais da sociedade, no montante de 12 262 525,30 euros, propomos a seguinte aplicação:

Para reserva legal .....	1 226 252,53
Para reservas livres .....	11 036 272,77

Funchal, 21 de Abril de 2005. — A Gerência, (*Assinaturas ilegíveis.*)

**Balanço individual em 31 de Dezembro de 2005****ACTIVO****(Em milhares de euros)**

	2005		2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	703	—	703
Outros créditos sobre instituições de crédito .....	8 500	—	8 500
Perles de capital em empresas associadas .....	312 274	—	312 274
Imobilizações incorpóreas .....	40	(40)	—
Contas de regularização .....	129	—	129
<i>Total</i> .....	321 646	(40)	321 606
			314 437